

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

# INDICE DA COLECCAO DAS LEIS

DE

1851.

TOMO XII. PARTE 1.

	PAG.
N.º 603. — Decreto de 21 de Junho de 1851. — Concede a Carlos Augusto Taunay o privi- legio exclusivo pelo tempo de dez annos para estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro Ca- leças ligeiras de quatro assentos, com o no- me de — Urbanas. ....	1
N.º 604. — Decreto de 3 de Julho de 1851. — Autorisa o Governo a organizar hum novo Regimento de custas judicarias, a designar as ferias para o Foro, e a elevar as alça- das das respectivas Autoridades. ....	3
N.º 605. — Decreto de 8 de Julho de 1851. — Au- torisa o Governo a conceder Carta de Na- turalisação ao Chefe de Esquadra João Taylor. ....	4
N.º 606. — Decreto de 12 de Julho de 1851. — Ap- prova a Pensão annual correspondente á me- tade do soldo que percebia o fallecido Ma- rechal de Campo Pedro Labatut, concedida por Decreto de 4 de Outubro de 1849 á sua filha D. Januaria Constança Labatut. ....	5
N.º 607. — Decreto de 6 de Agosto de 1851. — Au- torisa o Governo para conceder a remissão da divida proveniente do arrendamento do Rincão do Saican. ....	6
N.º 608. — Decreto de 16 de Agosto de 1851. — Autorisa ao Governo para dar novos Esta- tos aos Cursos Juridicos e ás Escolas de Medicina; assim como a crear mais duas Cadeiras, huma de Direito Administrativo, e outra de Direito Romano. ....	7
N.º 609. — Decreto de 18 de Agosto de 1851. — Declara o Tribunal, pelo qual devem ser processados e julgados os Arcebispos e Bispos	

- do Imperio, nas causas que não forem puramente espirituaes.....
- N.º 610. — Decreto de 19 de Agosto de 1851. — Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 28 de Outubro de 1850 a D. Leopoldina Eugenia de Freitas, correspondente á metade do soldo que vencia seu marido o Alferes do 6.º Batalhão de Caçadores José Eugenio de Jesus..... 10
- N.º 611. — Decreto de 19 de Agosto de 1851. — Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 10 de Março do corrente anno a D. Guilhermina Amalia Villares Botelho, correspondente á metade do soldo que vencia seu fallecido filho o 2.º Tenente d'Artilharia a pé Antonio Mariano Lobo Botelho. 11
- N.º 612. — Decreto de 19 de Agosto de 1851. — Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 26 de Janeiro de 1847 a D. Theresa Esmendes, da quantia correspondente ao soldo que vencia seu marido o Alferes de Cavallaria de 1.ª Linha João José Moreira, comprehendido na mesma Pensão o meio soldo que já percebe..... "
- N.º 613. — Lei de 24 de Agosto de 1851. — Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1852—1853..... 13
- N.º 614. — Lei de 22 de Agosto de 1851. — Organisa o Corpo Diplomatico Brasileiro..... 15
- N.º 615. — Lei de 23 de Agosto de 1851. — Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1852—1853..... 19
- N.º 616. — Decreto de 23 de Agosto de 1851. — Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 29 de Novembro de 1850 a D. Maria Constança Antunes Barcellar, correspondente á metade do soldo que vencia seu marido o fallecido Tenente Coronel Antonio Joaquim Barcellar..... 21
- N.º 617. — Decreto de 23 de Agosto de 1851. — Approva a Pensão annual de 2407000, concedida por Decreto de 19 de Outubro de 1850

- ao Operario do Arsenal de Pernambuco Cy-  
priano Corrêa Lima..... 22
- N.º 618. — Decreto de 27 de Agosto de 1851. —  
Approva a aposentadoria concedida por De-  
creto de 8 de Maio do corrente anno a Felix  
Emilio Taunay, no lugar de Director da  
Academia das Bellas Artes desta Côrte, e  
Professor de Pintura de Paizagem da mesma  
Academia..... 23
- N.º 619. — Decreto de 28 de Agosto de 1851. —  
Approva a Pensão annual de 800~~0~~000,  
concedida repartidamente por Decreto de 4  
de Maio do anno proximo passado a D. Au-  
gusta Joaquina Candida da Silva, e D. Li-  
bânia Candida da Silva..... 24
- N.º 620. — Lei de 2 de Setembro de 1851. — Fixa  
na quantia 400.000~~0~~000 o dote da Princeza  
a Senhora Dona Maria Amelia, e estabelece  
o modo de o realisar, logo que se verifique  
o seu casamento..... 25
- N.º 621. — Decreto de 6 de Setembro de 1851. —  
Sancciona a Resolução da Assembléa Geral  
Legislativa, que autorisa o Governo a re-  
formar a Gustavo Henrique Brown no posto  
de Marechal de Campo, com o soldo cor-  
respondente ao mesmo posto, segundo a Ta-  
bella de 28 de Março de 1825..... 27
- N.º 622. — Decreto de 8 de Setembro de 1851. —  
Approva a Pensão annual concedida por De-  
creto de 17 de Janeiro do dito anno a D.  
Rita Joaquina de Almeida Guatimosim, cor-  
respondente á metade do soldo que vencia  
seu fallecido marido o Segundo Tenente d'Ar-  
tilharia Narciso Bahiense de Almeida Guati-  
mosim..... 28
- N.º 623. — Decreto de 8 de Setembro de 1851. —  
Approva a Pensão concedida por Decreto de  
27 de Fevereiro do dito anno ao Tenente  
do 5.º Batalhão de Caçadores Manoel Leonel  
de Alencar, correspondente á metade do  
soldo do dito Posto..... 29
- N.º 624. — Decreto de 12 de Setembro de 1851. —  
Approva o privilegio concedido pelo Decreto

N.º 790 de 28 de Maio do corrente anno á Companhia que for organisada por Thomaz José de Castro.....	30
N.º 625. — Decreto de 12 de Setembro de 1851. — Approva a Pensão annual da quantia correspondente ao respectivo soldo, concedida por Decreto de 3 de Janeiro de 1850 ao Soldado do Corpo de Municipaes Permanentes da Provincia de S. Paulo, Joaquim Antonio Neves de Carvalho.....	31
N.º 626. — Decreto de 13 de Setembro de 1851. — Approva a Pensão annual de 1.800\$000, concedida por Decreto de 21 de Agosto proximo passado a D. Maria de Paula Sousa, viuva do Conselheiro d'Estado Francisco de Paula Sousa e Mello.....	32
N.º 627. — Lei de 16 de Setembro de 1851. — Abre hum credito supplementar e extraordinario de 1.734.310\$718 para as despesas do exercicio de 1849—1850, outro de 4.591.359\$709 para as do exercicio de 1850—1851; e outro de 176.143\$250 para as do exercicio de 1851—1852.....	33
N.º 628. — Lei de 17 de Setembro de 1851. — Fixando a Despesa e orçando a Reccita para o exercicio de 1852—1853.....	39
N.º 629. — Decreto de 17 de Setembro de 1851. — Autorisa o Governo a pagar a Manoel Affonso Martins a quantia constante da sentença que obteve contra a Fazenda Nacional.....	55
N.º 630. — Decreto de 17 de Setembro de 1851. — Autorisa o Governo para reformar o ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.	56
N.º 631. — Lei de 18 de Setembro de 1851. — Determina as penas e o processo para alguns crimes militares.....	59
N.º 632. — Decreto de 18 de Setembro de 1851. — Autorisa o Governo a promover a organização de Companhias que comprehendão a navegação por vapor em baros proprios, não só para transporte de passageiros e malas, mas tambem para conducção de mercadorias.	62
N.º 633. — Decreto de 18 de Setembro de 1851. —	

	Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao subdito dos Estados Unidos João Monteiro Carson.....	64
N.º 634.	— Decreto de 20 de Setembro de 1851. — Sancciona a Resolução da Assembléa Geral creando na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul hum curso de Infantaria e Cavallaria. . . . .	65
N.º 635.	— Decreto de 20 de Setembro de 1851. — Sancciona a Resolução da Assembléa Geral que autorisa o Governo para admittir a Emilio Luiz Mallet no Quadro do Exercito com o posto de Capitão d'Artilharia.....	67
N.º 636.	— Decreto de 30 de Setembro de 1851. — Approva as aposentadorias concedidas aos Conselheiros nelle mencionados.....	68
N.º 637.	— Decreto de 30 de Setembro de 1851.— Approva as aposentadorias concedidas aos Desembargadores e Juiz de Direito nella declarados. . . . .	69

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 1.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 603 — de 21 de Junho de 1851.

*Concede a Carlos Augusto Taunay o privilegio exclusivo pelo tempo de dez annos para estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro Caleças ligeiras de quatro assentos, com o nome de — Urbanas. —*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He concedido a Carlos Augusto Taunay o privilegio exclusivo pelo tempo de dez annos para estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro Caleças ligeiras de quatro assentos, com o nome de — Urbanas —, sem prejuizo de outras emprezas da mesma natureza, mediante as condições seguintes:

§ 1.º O estabelecimento das — Urbanas — constará de sete linhas, cuja direcção (partindo todas da Prainha) será a seguinte: 1.ª Ruas de S. Francisco da Prainha e da Imperatriz, Praias da Gamboa, Sacco do Alferes e Formosa até a Ponte do Aterrado: 2.ª Ruas da Prainha, dos Ourives, das Violas, da Valla, e do Sabão, atravessando o Campo da Acclamação, e o mangue da Cidade nova até a Ponte do Aterrado: 3.ª Ruas de S. Bento, Municipal, dos Pescadores, dos Ourives, do Hospicio, do Sabão da Cidade nova, Travessa da Correção até a Casa da Correção: 4.ª Ruas de S. Bento, Municipal, dos Ourives, de S. Pedro, Campo da Acclamação, Ruas de S. Diogo, das Flores, do Sabão da Cidade nova, Travessa de Catumby até Catumby: 5.ª Ruas da Prainha, do Fogo, de S. Pedro, da Conceição, do Senhor dos Passos, de S. Jorge, Praça da Constituição, Ruas do Conde, dos Invalidos, de Matacavallos, de Silva Manoel até o fim: 6.ª Ruas de S. Bento, da Quitanda, dos Pescadores, da Candelaria, do Hospicio, dos Ourives, do Rosario, dos Latoeiros, da Guarda Velha, dos



Barbonos, de Matacavallos até a Lagoa da Sentinella :  
7.º Ruas de S. Bento, de Bragança, Direita, da Misericórdia, Praias de Santa Luzia, e do Matadouro, Ruas do Passeio Publico, da Lapa, Caes da Gloria, Catete, Rua da Pedreira da Gloria até a esquina da Rua da Pedreira da Candelaria.

§ 2.º O serviço de quatro das referidas sete linhas será montado no espaço de hum anno, e o das outras tres no de seis mezes, contados do dia em que a Sociedade das — Urbanas — for organizada.

§ 3.º O giro das — Urbanas — principiará as sete horas da manhã, e acabará as dez da noite, de maneira que de cada extremidade das linhas, bem como do centro convergente dellas na Prainha, parta hum Urbana de quarto em quarto de hora.

§ 4.º As — Urbanas — terão quatro assentos; e o preço de cada assento não excederá de duzentos réis em dias de trabalho, e de trezentos réis nos Domingos, dias feriados e de gala.

§ 5.º Por assento entender-se-ha o lugar de hum pessoa, e nesta conformidade não poderá cada — Urbana — receber mais de quatro passageiros.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Junho de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

---

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 2.ª

---

DECRETO N.º 604 — de 3 de Julho de 1851.

*Autorisa o Governo a organizar hum novo Regimento de custas judicarias , a designar as ferias para o Foro , e a elevar as alçadas das respectivas Autoridades.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado :

§ 1.º A organizar hum novo Regimento de custas judicarias.

§ 2.º A designar as ferias , e dias feriados para o Foro.

§ 3.º A elevar as alçadas das Autoridades Judicarias.

Art. 2.º As disposições autorizadas pelo Artigo primeiro , serão desde logo postas em execução , ficando porém sujeitas a ulterior approvação do Poder Legislativo.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Julho de mil oitocentos cincoenta e hum , trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.*

---

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 3.ª

---

DECRETO N.º 605 — de 8 de Julho de 1851.

*Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao Chefe de Esquadra João Taylor.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo he autorisado a conceder Carta de Naturalisação ao Chefe de Esquadra João Taylor.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Julho de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 4.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 606 — de 12 de Julho de 1851.

*Approva a Pensão annual correspondente á metade do soldo que percebia o fallecido Marechal de Campo Pedro Labatut, concedida por Decreto de 4 de Outubro de 1849 á sua filha D. Januaria Constança Labatut.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual correspondente á metade do soldo, que percebia o fallecido Marechal de Campo Pedro Labatut, concedida por Decreto de quatro de Outubro de mil oitocentos quarenta e nove á sua filha D. Januaria Constança Labatut, em remuneração dos relevantes serviços prestados pelo mesmo Marechal.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

---

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 5.ª

---

DECRETO N.º 607 — de 6 de Agosto de 1851.

*Autorisa o Governo para conceder a remissão da divida proveniente do arrendamento do Rincão do Saican.*

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para conceder a Zeferino Vieira Rodrigues a remissão da divida proveniente do arrendamento que na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 1837, fez do Rincão do Saican pertencente á Fazenda Nacional.

Art. 2.º Ficão sem vigor as disposições em contrario.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim José Rodrigues Torres.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 6.ª

DECRETO N.º 608 — de 16 de Agosto de 1851.

*Autorisa o Governo para dar novos Estatutos aos Cursos Juridicos e ás Escolas de Medicina; assim como a crear mais duas Cadeiras, huma de Direito Administrativo, e outra de Direito Romano.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para dar novos Estatutos aos Cursos Juridicos, e ás Escolas de Medicina, podendo alterar as disposições da Lei de 3 de Outubro de 1832 pelo modo mais conveniente ao ensino, regularidade, e disciplina das Escolas, e exercicio da Medicina e Pharmacia.

Art. 2.º He autorizado tambem o Governo a crear mais duas Cadeiras, huma de Direito Administrativo, e outra de Direito Romano, continuando porém a ser de cinco annos o curso completo das Sciencias Juridicas e Sociaes.

Art. 3.º Estes Estatutos serão postos em execução logo que forem publicados, salvo qualquer augmento de despesa, que se não realisará, sem que seja decretado pelo Poder Legislativo, ao qual fica tambem reservada a definitiva approvação dos mesmos Estatutos, que lhe serão apresentados na proxima futura Sessão.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, do Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 7.<sup>a</sup>

LEI N.º 609 — de 18 de Agosto de 1851.

*Declara o Tribunal, pelo qual devem ser processados e julgados os Arcebispos e Bispos do Imperio, nas causas que não forem puramente espirituaes.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Os Arcebispos e Bispos do Imperio do Brasil, nas causas que não forem puramente espirituaes, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 2.º Ficão sem vigor as disposições em contrario. Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, declarando o Tribunal pelo qual devem ser processados e julgados os Arcebispos e Bispos do Imperio, nas causas que não forem puramente espirituaes, na fórma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Antonio Alvares de Miranda Varejão a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 25 de Agosto de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justica em o 1.º de Setembro de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Registrada no Livro 1.º de Leis e Resoluções. Secretaria d'Estado dos Negocios da Justica em o 1.º de Setembro de 1851.

Manoel Antonio Ferreira da Silva.



## COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 8.ª

DECRETO N.º 610 — de 19 de Agosto de 1851.

*Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 28 de Outubro de 1850 a D. Leopoldina Eugenia de Freitas, correspondente á metade do soldo que vencia seu marido o Alferes do 6.º Batalhão de Caçadores José Eugenio de Jesus.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de vinte oito de Outubro de mil oitocentos e cincoenta a D. Leopoldina Eugenia de Freitas, correspondente á metade do soldo que vencia seu marido, o Alferes do sexto Batalhão de Caçadores José Eugenio de Jesus, morto em combate a favor da Ordem publica na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º A agraciada perceberá esta Pensão desde a data do referido Decreto, sem prejuizo do meio soldo que lhe compete.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

DECRETO N.º 611 — de 19 de Agosto de 1851.

*Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 10 de Março do corrente anno a D. Guilhermina Amalia Villares Botelho, correspondente á metade do soldo que vencia seu fallecido filho o 2.º Tenente d'Artilharia a pé Antonio Mariano Lobo Botelho.*

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de dez de Março do corrente anno a D. Guilhermina Amalia Villares Botelho, correspondente á metade do soldo, que vencia seu filho o 2.º Tenente de Artilharia a pé Antonio Mariano Lobo Botelho, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate a favor da Ordem publica na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º A agraciada perceberá esta Pensão desde a data do referido Decreto, sem prejuizo da outra metade do soldo que por Lei lhe compete.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

DECRETO N.º 612 — de 19 de Agosto de 1851.

*Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 26 de Janeiro de 1847 a D. Theresa Esmendes, da quantia correspondente ao soldo que vencia seu marido o Alferes de Cavallaria de 1.ª Linha João José Moreira, comprehendido na mesma Pensão o meio soldo que já percebe.*

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geaal Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de 26 de Janeiro de 1847 a D. Theresa Es-  
mendes, da quantia correspondente ao soldo que vencia seu  
finado marido o Alferes de Cavallaria de 1.ª Linha João  
José Moreira, comprehendido na mesma Pensão o meio  
soldo, que a agraciada já percebe.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Pre-  
sidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de  
Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido,  
e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove  
de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da  
Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

*Visconde de Mont'alegre.*

---

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

VOLUME 12.

PARTÉ 4.ª

SECÇÃO 9.ª

---

LEI N.º 613 — de 21 de Agosto de 1851.

*Fixa a Força Naval para o anno financeiro de  
1852 — 1853.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo da Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º A Força Naval activa, para o anno financeiro de mil oitocentos cincoenta e dous a mil oitocentos cincoenta e tres, será igual á que foi decretada na Lei numero quinhentos sessenta e nove de vinte e oito de Julho de mil oitocentos e cincoenta, para o anno de mil oitocentos cincoenta e hum a mil oitocentos cincoenta e dous.

Art. 2.º O Corpo de Imperiaes Marinheiros constará de vinte e quatro Companhias de cento e seis praças cada huma, e de quatro Companhias de Aprendizizes Marinheiros de duzentas praças cada huma; tendo esta disposição execução desde já. O Corpo de Fuzileiros Navaes poderá ser elevado ao estado completo.

Art. 3.º Haverá em Mato Grosso huma Companhia de Imperiaes Marinheiros, igual ás da Côrte, quanto ás praças de pret.

Art. 4.º Para preencher as Forças decretadas nos Artigos antecedentes, he o Governo autorizado a dar gratificações aos voluntarios, que se apresentarem para o serviço, a contractar Nacionaes, ou Estrangeiros, mediante a concessão de premios, e a recrutar na fórma das Leis.

Art. 5.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteira

mente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Manoel Vieira Tosta.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval activa no anno financeiro que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous até o ultimo de Junho de mil oitocentos cincoenta e tres, na fórma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Maria de Sousa a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 25 de Agosto de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 26 de Agosto de 1851.

Francisco Xavier Bomtempo.

Registrada a folhas 36 verso do Livro 1.º de Cartas de Leis. Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 2 de Setembro de 1851.

Hermenegildo da Cunha Ribeiro Feijó.

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 10.ª

LEI N.º 614 — de 22 de Agosto de 1851.

*Organisa o Corpo Diplomatico Brasileiro.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Faço saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º O Corpo Diplomatico Brasileiro constará de tres classes de Agentes Diplomaticos, a saber : Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios, Ministros Residentes, e Encarregados de Negocios.

Para os coadjuvar o Governo nomeará, quando sejam necessarios, Empregados subalternos com os títulos de Secretarios e Addidos de Legação.

Art. 2.º O Governo determinará, por Decreto, conforme exigir o serviço publico, o numero e categoria das Missões, que convêm manter actualmente nos Paizes estrangeiros, e bem assim o numero de Empregados, de que deverá cada huma compor-se. Somente pela mesma maneira poderão ser creadas novas Missões, quando sejam necessarias, ou extinctas aquellas, que para o diante o de vão ser.

Art. 3.º Para os lugares de Secretarios e Addidos de Legação serão preferidos os Bachareis Formados nos Cursos Juridicos do Imperio, e os graduados em Academias ou Universidades estrangeiras, que mais versados se mostrarem em linguas. Os individuos, que não tiverem aquellas gradações, habilitar-se-hão por meio de exame, na fôrma que for determinada pelos Regulamentos do Governo.

Art. 4.º Os individuos, que tiverem servido dez annos os lugares de Chefe ou Secretario de Legação, somente poderão ser demittidos por sentença do Tribunal competente, ou Decreto deliberado sobre consulta do Conselho d'Estado.

Art. 5.º Terão de ordenado fixo em moeda do Imperio , e pago nessa moeda , nos casos de disponibilidade e aposentadoria :

Os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios.....	3.200 <del>7</del> 000
Os Ministros Residentes .....	2.400 <del>7</del> 000
Os Encarregados de Negocios.....	2.000 <del>7</del> 000
Os Secretarios de Legação.....	1.200 <del>7</del> 000
Os Addidos.....	800 <del>7</del> 000

Além desses ordenados receberão mais os Chefes de Missão em exercício, para occorrerem ás despezas de representação, huma quantia annual paga em quartéis, que o Governo determinará por Decreto, attenta a categoria das Missões, e as circumstancias do Paiz, onde ellas se estabelecerem. Os Secretarios e Addidos perceberão huma gratificação annual, paga e fixada pela mesma maneira, attenta a carestia dos Paizes em que tiverem de residir.

Art. 6.º Abonar-se-hão além disso aos Empregados Diplomaticos, a título de ajuda de custo para viagem e despezas de primeiro estabelecimento, dous quartéis da totalidade de seus vencimentos de hum anno, quando forem novamente nomeados para qualquer Missão, e hum quartel somente para viagem, quando tiverem de se retirar para o Imperio, não sendo com licença.

Nos casos de remoção de humas para outras Legações se abonará hum ou dous quartéis, conforme as distancias, e as despezas provaveis da viagem. Nas remoções das Legações da America poderá o Governo elevar a ajuda de custo, quando o julgue necessario.

Art. 7.º Os Empregados do Corpo Diplomatico, que forem pelo Governo mandados retirar para esta Córte, serão considerados em disponibilidade, em quanto não tornarem a ser empregados: e perceberão dous terços do ordenado, se forem admittidos ao serviço da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, ou de qualquer outra Repartição, não devendo accumular este com outros vencimentos. Se não forem chamados á algum desses serviços, perceberão somente metade do ordenado.

Os que passarem cinco annos em disponibilidade, sem que se tenham empregado em serviço algum, se considerarão fóra do Corpo Diplomatico, e perderão o direito ao vencimento do ordenado, salvo se estiverem no caso de serem aposentados, não se contando o tempo passado em

disponibilidade sem serem empregados em qualquer Reparação.

Art. 8.º Os que tiverem servido no Corpo Diplomático pelo espaço de trinta annos, poderão ser aposentados com o ordenado por inteiro; e os que não tiverem servido por tanto tempo, com o ordenado correspondente ao tempo de serviço. Não se dará porém aposentadoria alguma aos que não tiverem completado o tempo de quinze annos.

Art. 9.º O ordenado da aposentadoria será o do ultimo lugar, que tiver servido o Empregado, se o tiver servido ao menos por tres annos; senão, o ordenado será o do lugar immediatamente inferior.

Art. 10.º As disposições dos Arts. 6.º, 7.º e 8.º são applicaveis aos Consules, que perceberem ordenado. O ordenado, para o caso de disponibilidade e aposentadoria de todos, será calculado em 1.200.000, qualquer que seja aliás o que elles perceberem.

Art. 11.º No caso extraordinario de ser nomeado algum Embaixador, o Governo lhe arbitrará quantia para as despesas da sua Missão, á qual poderá annexar hum Secretario e os Addidos que julgar precisos.

Art. 12.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos por tanto á todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Paulino José Soares de Sousa.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre a organização do Corpo Diplomático Brasileiro, na fôrma acima declarada.*



Para Vossa Magestade Imperial Ver.

João Pereira de Andrade Junior a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 23 de Agosto  
de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios Estran-  
geiros em 23 de Agosto de 1851.

Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

Registrada no Livro de Leis e Decretos.

Constancio Nery de Carvalho.

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 11.ª

LEI N.º 615 — de 23 de Agosto de 1851.

*Fixa as forças de terra para o anno financeiro de  
1852 --- 1853.*

Dom Pedro Segundo , por Graça de Deos , e Unanime  
Acclamação dos Povos , Imperador Constitucional e Defen-  
sor Perpetuo do Brasil.

Fazemos saber á todos os Nossos Subditos , que a As-  
sembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º As forças de terra para o anno financeiro de  
mil oitocentos cincoenta e dois a mil oitocentos cincoenta  
e tres constarão :

§ 1.º Dos Officiaes dos Corpos moveis e de guarnição ;  
dos quadros da Repartição Ecclesiastica , e Corpo de Saude ;  
do Estado Maior de primeira e segunda classes , Engenheiros ,  
e Estado Maior General.

§ 2.º De vinte mil praças de pret de Linha em circums-  
tancias ordinarias , comprehendidos os Corpos de Guarnição  
nas Provincias , em que for necessaria esta especie de Força ,  
conservando-se licenciadas cinco mil na conformidade das  
disposições do Artigo terceiro do Decreto numero quinhentos  
sessenta e oito de vinte quatro de Julho de mil oitocentos  
e cincoenta ; e de vinte e seis mil praças em circumstancias  
extraordinarias.

§ 3.º De novecentas e sessenta praças de pret em Com-  
panhias de Pedestres , devendo huma destas pertencer á  
Comarca do Rio de S. Francisco da Provincia de Minas  
Geraes.

Art. 2.º Para se completarem as Forças fixadas no  
Artigo primeiro , permanecerão em vigor as Cartas de Lei  
de vinte nove de Agosto de mil oitocentos trinta e sete ,  
menos a parte em que a mesma Lei exime o recrutado  
do serviço , mediante a quantia de quatrocentos mil réis.  
Os novos alistados , sendo voluntarios , servirão seis annos  
e oito se forem recrutados.

Art. 3.º O Governo fica autorisado a destacar até quatro mil praças da Guarda Nacional.

Art. 4.º O Governo poderá abonar ás praças dos Corpos do Exercito, que, podendo obter baixa por terem completado o tempo de serviço, quizerem continuar a servir, huma gratificação igual ao soldo de primeira praça, em quanto forem praças de pret.

Art. 5.º Não havendo numero sufficiente de Cirurgiões Militares, poderá o Governo ajustar por contracto os que forem necessarios por tempo limitado, e sem preterição dos Cirurgiões effectivos do Exercito.

Art. 6.º O Governo fica autorisado a igualar os vencimentos dos Officiaes das Companhias de Pedestres aos dos Officiaes das Companhias dos Corpos do Exercito.

Art. 7.º He permanente a disposição do Artigo antecedente, bem como a do nono do Decreto numero quinhentos quarenta e dois de vinte hum de Maio de mil oitocentos e cincoenta, que elevou os soldos dos Sargentos Adjutantes, Quarteis-mestres, primeiros e segundos Sargentos, e Forrieis.

Art. 8.º Ficão approvadas as disposições dos Artigos 9.º, 10., 11., § 2.º e 23 parte ultima, 24, 25, 26, 31 e 32, §§ 1.º e 2.º do Regulamento expedido com data de trinta e hum de Março de mil oitocentos cincoenta e hum para execução da Lei numero quinhentos oitenta e cinco de seis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta.

Art. 9.º O posto de Marechal do Exercito só será preenchido, quando o Governo julgar conveniente.

Art. 10. O Governo fica desde já autorisado a prestar aos recrutas, que forem isentados, os necessarios meios de transporte para os seus domicilios.

Art. 11. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto á todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e tres dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Manoel Felizardo de Sousa e Mello.*

*Carta de Lei*, pela qual *Vossa Magestade Imperial* *Manda executar o Decreto da Assembléa Geral*, que *Houve por bem Sanccionar*, *fixando as forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos cincoenta e dois a mil oitocentos cincoenta e tres*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 26 de Agosto de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 27 de Agosto de 1851.

Libanio Augusto da Cunha Mattos.

Registrada a folhas 174 do Livro de Leis numero 2. Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 29 de Agosto de 1851.

Manoel Rodrigues de Moura.

DECRETO N.º 616 - de 23 de Agosto de 1851.

*Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 29 de Novembro de 1850 a D. Maria Constança Antunes Barcellar, correspondente á metade do soldo que ren- cia seu marido o fallecido Tenente Coronel Antonio Joaquim Barcellar.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de 29 de Novembro de 1850 a D. Maria Constança Antunes Barcellar, correspondente á metade do soldo que vencia seu marido o fallecido Tenente Coronel Antonio Joaquim Barcellar, sem prejuizo do meio soldo que por Lei lhe competir.

Art. 2.º Ficão sem vigor as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

— — —  
DECRETO N.º 617 — de 23 de Agosto de 1851.

*Approva a Pensão annual de 240\$000, concedida por Decreto de 19 de Outubro de 1850 ao Operario do Arsenal de Pernambuco Cypriano Corrêa Lima.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de 240\$000 concedida por Decreto de 19 de Outubro de 1850 ao Operario do Arsenal de Pernambuco Cypriano Corrêa Lima, em remuneração dos serviços que em defesa da Causa publica prestou naquella Provincia perdendo a mão direita em combate.

Art. 2.º O agraciado perceberá esta Pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão sem vigor as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SEÇÃO 12.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 618 - de 27 de Agosto de 1851.

*Approva a aposentadoria concedida por Decreto de 8 de Maio do corrente anno a Felix Emilio Taunay, no lugar de Director da Academia das Bellas Artes desta Côrte, e Professor de Pintura de Paizagem da mesma Academia.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de 8 de Maio do corrente anno a Felix Emilio Taunay, no lugar de Director da Academia das Bellas Artes desta Côrte, e Professor de Pintura de Paizagem da mesma Academia, com o vencimento do ordenado que actualmente percebe.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 13.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 619 — de 28 de Agosto de 1851.

*Approva a Pensão annual de 800.000, concedida repartidamente por Decreto de 4 de Maio do anno proximo passado a D. Augusta Joaquina Candida da Silva, e D. Libania Candida da Silva.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de oitocentos mil réis, concedida repartidamente por Decreto de 4 de Maio de 1850 a D. Augusta Joaquina Candida da Silva, e D. Libania Candida da Silva, em remuneração dos muitos e bons serviços prestados por seu fallecido pae o Ministro do Supremo Tribunal de Justiça Antonio Augusto da Silva.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, do Meu Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 12.

PARTE 4.<sup>a</sup>SECÇÃO 44.<sup>a</sup>

LEI N.º 620 — de 2 de Setembro de 1854.

*Fixa na quantia 400.000\$000 o dote da Princesa a Senhora Dona Maria Amelia, e estabelece o modo de o realisar, logo que se verifique o seu casamento.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Faço saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Artigo Único. O Governo, logo que o casamento da Princesa a Senhora Dona Maria Amelia se tenha effectuado, realisar, pela receita ordinaria em moeda corrente no Imperio, a entrega da quantia de quatrocentos contos de réis, em que fica fixado o dote da Mesma Augusta Senhora.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em dous de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Visconde de Mont'alegre.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre o dote de quatrocentos contos de réis da Princesa a Senhora Dona Maria Amelia, e o modo de o realisar, logo que se verifique o seu casamento.*



Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Manoel Corrêa Fernandes a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 12 de Setembro de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 15 de Setembro de 1851.

José de Paiva Magalhães Calvet.

Registrada a fl. 120 v. do Liv. 1.º de Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1851.

Luiz José Martins Rocha.

---

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 15.ª

---

DECRETO N.º 621 — de 6 de Setembro de 1851.

*Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que autorisa o Governo a reformar a Gustavo Henrique Brown no posto de Marechal de Campo, com o soldo correspondente ao mesmo posto, segundo a Tabella de 28 de Março de 1851.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo he autorisado a reformar a Gustavo Henrique Brown no posto de Marechal de Campo, com o soldo competente ao mesmo posto, segundo a Tabella de vinte e oito de Março de mil oitocentos vinte e cinco, ficando sem effeito n'esta parte o Artigo dez da Lei de vinte e quatro de Novembro de mil oitocentos e trinta, e quaesquer outras disposições em contrario. Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Manoel Felizardo de Sousa e Mello.*

## COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 16.ª

DECRETO N.º 622 — de 8 de Setembro de 1851.

*Approva a Pensão annual concedida por Decreto de 17 de Janeiro do dito anno a D. Rita Joaquina de Almeida Guatimosim, correspondente á metade do soldo que vencia seu fallecido marido o Segundo Tenente d'Artilharia Narciso Bahiense de Almeida Guatimosim.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de dezasete de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e hum a D. Rita Joaquina de Almeida Guatimosim, correspondente á metade do soldo, que vencia seu fallecido marido o Segundo Tenente d'Artilharia Narciso Bahiense de Almeida Guatimosim.

Art. 2.º A agraciada perceberá esta Pensão desde a data do referido Decreto, sem prejuizo do meio soldo a que tiver direito.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre*

DECRETO N.º 623 — de 8 de Setembro de 1851.

*Approva a Pensão concedida por Decreto de 27 de Fevereiro do dito anno ao Tenente do 5.º Batalhão de Caçadores Manoel Leonel de Alencar , correspondente á metade do soldo do dito Posto*

Hei por bem Sancionar , e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão concedida por Decreto de vinte sete de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e hum ao Tenente do 5.º Batalhão de Caçadores Manoel Leonel de Alencar , correspondente á metade do soldo do mesmo Posto , em remuneração dos serviços que prestou em defesa da Ordem publica na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º O agraciado perceberá esta Pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre , Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio , assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum , trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

---

COCLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>

SECÇÃO 17.<sup>a</sup>

---

DECRETO N.º 624 — de 12 de Setembro de 1851.

*Approva o privilegio concedido pelo Decreto N.º 790 de 28 de Maio do corrente anno á Companhia que for organizada por Thomaz José de Castro.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvedo o privilegio concedido por Decreto N.º 790 de 28 de Maio de 1851 á Companhia que for organizada por Thomaz José de Castro, na fórma, e sob as condições declaradas no mesmo Decreto.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. - Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

DECRETO N.º 625 — de 12 de Setembro de 1851.

*Approva a Pensão annual da quantia correspondente ao respectivo soldo, concedida por Decreto de 3 de Janeiro de 1850 ao Soldado do Corpo de Municipaes Permanentes da Provincia de S. Paulo, Joaquim Antonio Neves de Carvalho.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual da quantia correspondente ao respectivo soldo, concedida por Decreto de tres de Janeiro de mil oitocentos e cincoenta ao Soldado do Corpo de Municipaes Permanentes da Provincia de S. Paulo, Joaquim Antonio Neves de Carvalho, que ficou aleijado do braço direito por occasião de huma salva de artilharia no dia quatorze de Março de mil oitocentos quarenta e seis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 18.ª

DECRETO N.º 626 — de 13 de Setembro de 1851.

*Approva a Pensão annual de 1.800\$000, concedida por Decreto de 21 de Agosto proximo passado a D. Maria de Paula Sousa, viuva do Conselheiro d'Estado Francisco de Paula Sousa e Mello.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de hum conto e oitocentos mil réis, concedida por Decreto de 21 de Agosto de 1851 a D. Maria de Paula Sousa, viuva do Conselheiro d'Estado Francisco de Paula Sousa e Mello.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 19.ª

LEI N.º 627 — de 16 de Setembro de 1851.

*Abre hum credito supplementar e extraordinario de 1.734.310\$718 para as despesas do exercicio de 1849 — 1850, outro de 4.591.339\$709 para as do exercicio de 1850 — 1851; e outro de 176.143\$250 para as do exercicio de 1851 — 1852.*

D. Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nos Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Além das despesas autorisadas pela Lei do Orçamento n.º 514 de 28 de Outubro de 1848 para o exercicio de 1849 — 1850, he aberto ao Governo no mesmo exercicio hum credito supplementar e extraordinario da quantia de mil setecentos e trinta e quatro contos trezentos e dez mil setecentos e dez to réis, a qual será distribuida pelos diversos Ministerios, e em cada hum delles pelas rubricas da mesma Lei conforme a Tabella — A.

Art. 2.º Além das despesas autorisadas pela Lei do Orçamento n.º 555 de 15 Junho de 1850 para o exercicio de 1850 — 1851, he aberto ao Governo no mesmo exercicio hum credito supplementar e extraordinario da quantia de quatro mil quinhentos noventa e hum contos trezentos cincoenta e nove mil setecentos e nove réis, a qual será distribuida pelos diversos Ministerios, e em cada hum delles pelas rubricas da mesma Lei, conforme a Tabella — B.

Art. 3.º Além das despesas autorisadas pela Lei do Orçamento n.º 586 de 6 de Setembro de 1850 para o exercicio de 1851 — 1852 he aberto ao Governo no mesmo exercicio hum credito supplementar e extraordinario da quantia de cento setenta e seis contos cento quarenta e tres mil duzentos e cincoenta réis, a qual será distribuida pelos diversos Ministerios, e em cada hum delles pelas rubricas da Lei n.º 555 de 15 de Junho de 1850, conforme a Tabella — C.

Art. 4.º As despesas provenientes destes augmentos de creditos serão pagas pelos meios votados nas Leis de Orçamento acima referidas para as despesas nellas decretadas



Art. 5.º He aberto ao Governo pelo Ministerio da Fazenda hum credito extraordinario da quantia de setecentos contos de réis para ser empregada na construcção de hum caes em frente da Alfandega do Rio de Janeiro, desde a extremidade SE. do Trapiche denominado da Cidade até á do antigo Consulado.

Art. 6.º A obra do referido caes será feita segundo o plano que for approved pelo Governo, e as despezas della farão parte das dos exercicios em que se realisarem, e serão pagas pelos mesmos meios votados nas respectivas Leis de Orçamento para pagamento dos outros serviços nellas decretados; devendo formar rubrica especial no Balanço relativo ao exercicio em que se verificarem.

Art. 7.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezaseis do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Joaquim José Rodrigues Torres.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda Executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, abrindo creditos supplementares e extraordinarios para as despezas dos exercicios de 1849—1850, 1850—1851 e 1851—1852, além de outras providencias, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

José Carlos de Almeida Arêas a fez.

Eusebio de Queiroz Caitiáhe Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 18 de Setembro de 1851

Josino do Nascimento Silva.

Registrada a folhas 1 v. do Livro competente na Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda em 22 de Setembro de 1851.

José Pedro de Azevedo Peçanha.

Nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda foi publicada a presente Lei aos 22 de Setembro de 1851.

João Maria Jacobina.

## TABELLA A.

EXERCICIO DE 1849 — 1850.

*Ministerio do Imperio.*

Art. 2.º Da Lei N.º 514 de 28 de Outubro de 1848.		
§ 13.º	Secretaria d'Estado.	9.265\$585
§ 16.º	Presidencias de Pro- vincia.....	8.949\$005
§ 17.º	Camara dos Senado- res e Secretaria .....	143.794\$692
§ 18.º	Dita de Deputados e Secretaria.....	239.767\$928
§ 20.º	Escolas de Medicina.	258\$106
§ 27.º	Correio Geral e Pa- quetes de vapor.....	12.437\$121
§ 32.º	Escolas menores de Instrucção Publica.....	2.252\$354
§ Additivo.	Ajudas de custo de vinda aos Deputados da 8.ª Legislatura.....	34.200\$000
		<hr/> 440.834\$791

*Ministerio da Marinha.*

Art. 5.º Da referida Lei.		
§ 9.º	Força Naval.....	74.984\$323
§ 21.º	Despezas extraordi- narias e eventuaes.....	17.543\$863
		<hr/> 92.528\$186

*Ministerio da Guerra.*

Art. 6.º Da referida Lei.		
§ 1.º	Secretaria d'Estado.	3.243\$466
§ 7.º	Hospitaes.....	26.783\$272
§ 16.º	Guarda Nacional des- tacada.....	199.967\$724
§ 18.º	Gratificações diversas.	30.485\$819
§ 24.º	Presidio da Ilha de Fernando.....	12.040\$696
§ 26.º	Diversas despezas e eventuaes.....	124.569\$670
		<hr/> 397.090\$647

*Ministerio da Fazenda.*

Art. 7.º Da referida Lei		
§ 1.º	Divida externa fin- cada .....	30.458\$705

§ 5.º Aposentados.....	6.170\$277	
§ 10.º Alfandegas.....	43.356\$448	
§ 13.º Mesas de Rendas e Collectorias.....	2.213\$822	
§ 25.º Pagamentos de em- prestimos dos cofres dos orphãos.	40.008\$195	
§ 26.º Ditos de bens de de- funtos e ausentes.....	413.769\$499	
§ 27.º Reposições e restitu- ções de direitos e outras.....	248.180\$149	
	<hr/>	803.857\$094
		<hr/>
		1.734.310\$718
		<hr/>

Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1851. — *Joaquim José Rodrigues Torres.*

### TABELLA B.

EXERCICIO DE 1850—1851.

#### *Ministerio do Imperio.*

Art. 2.º Da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850.

§ Additivo. Colonias Milita- res.....	25.000\$000	
§ Despeza com a epidemia..	40.000\$000	
§ Ajudas de custo de vinda aos Deputados da 8.ª Legislatura.	15.000\$000	
§ Junta de Hygiene Publica, e Commissão de Engenheiros..	5.500\$000	
	<hr/>	85.500\$000

#### *Ministerio da Justiça.*

Art. 3.º Da referida Lei.

§ 4.º Justicas de 1.ª Instan- cia.....	116.000\$000	
§ 9.º Capella Imperial e Ca- thedral do Rio de Janeiro.....	26.530\$127	
§ Additivo. Repressão do tra- fico de Africanos.....	100.000\$000	
	<hr/>	242.530\$127

#### *Ministerio da Marinha.*

Art. 5.º Da referida Lei.

§ 11.º Arsenaes.....	634.695\$475	
§ 13.º Força Naval.....	205.820\$250	
	<hr/>	840.515\$725

*Ministerio da Guerra.*

Art. 6.º Da referida Lei.		
§ 6.º Arsenaes de Guerra e armazens de artigos bellicos ..	386.524\$813	
§ 7.º Hospitaes .....	77.546\$000	
§ 10.º Exercito.....	980.152\$760	
§ 12.º Gratificações, forra- gens e elape.....	47.670\$400	
§ 13.º Recrutamento e en- gajamento.....	1.000.000\$000	
§ 18.º Presidio da Ilha de Fernando.....	10.010\$620	
§ 20.º Diversas despesas e eventuaes.....	76.666\$666	
§ Additivo. Contadoria Geral.	6.763\$598	
		<hr/> 2.585.366\$857

*Ministerio da Fazenda.*

Art. 7.º Da referida Lei.		
§ 1.º Divida externa.....	44.445\$000	
§ 7.º Thesouro Nacional..	76.494\$000	
§ 10.º Alfandegas.....	73.688\$000	
§ 1.º Consulados.....	27.785\$000	
§ 2.º Recebedorias.....	1.149\$000	
§ 13.º Mesas de Rendas e Collectorias.....	7.121\$000	
§ 14.º Casa da Moeda.....	47.038\$000	
§ 15.º Typographia Nacio- nal.....	18.982\$000	
§ 23.º Premios de Letras, descontos de assignados das Al- fandegas, commissões, corretas gens e seguros.....	206.462\$000	
§ 26.º Pagamentos de bens de defuntos e ausentes.....	64.280\$000	
§ 27.º Reposições e restitu- ções de direitos e outras.....	150.000\$000	
§ 29.º Obras.....	120.000\$000	
		<hr/> 837.447\$000
		<hr/> 4.591.359\$709

Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1851. *Joaquim José Rodrigues Torres*

## TABELLA C

EXERCICIO DE 1851—1852.

*Ministerio do Imperio.*

Art. 2.º Da Lei N.º 555 de 13 de Junho de 1850.		
§ 15.º	Presidencias.....	1.600\$000
§ 23.º	Archivo publico....	1.200\$000
§ 27.º	Canaes, pontes e estradas geraes.....	23.836\$050
		<hr/> 26.636\$050

*Ministerio da Justiça.*

Art. 3.º Da referida Lei.		
§ 4.º	Justiças de primeira Instancia .....	40.000\$000
§ 9.º	Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro..	2.648\$100
§ 12.º	Corpo Municipal Permanente .....	30.419\$100
§ Additivo.	Novas cadeiras de ensino nos actuaes Seminarios Episcopaes.....	20.000\$000
		<hr/> 93.067\$200

*Ministerio da Marinha.*

Art. 5.º Da referida Lei.		
§ 21.º	Obras .....	20.000\$000
		<hr/> 20.000\$000

*Ministerio da Guerra.*

Art. 6.º Da referida Lei.		
§ Additivo.	Contadoria Geral.	36.440\$000
		<hr/> 36.440\$000
		<hr/> 176.143\$250

Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1851.—*Joaquim José Rodrigues Torres.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 20.<sup>a</sup>

LEI N.º 628 — de 17 de Setembro de 1851.

*Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1852 -1853.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

## CAPITULO I.

*Despeza Geral.*

Art. 1.º A Despeza geral do Imperio para o exercicio de 1852—1853 he fixada na quantia de 27.482.829\$607, a qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios, na fórma especificada nos Artigos seguintes:

Art. 2.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despendar com os objectos designados nos seguintes §§ a quantia de..... 3.694.175\$000

A saber:	
1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador.	800.000\$000
2.º Dita de Sua Magestade Imperatriz....	96.000\$000
3.º Alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Isabel.....	12.000\$000
4.º Ditos da Princeza a Senhora D. Leopoldina.....	6.000\$000
5.º Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria, e aluguel de casas.....	102.000\$000
6.º Alimentos da Princeza a Senhora D. Maria Amelia.....	6.000\$000
7.º Dotação de Sua Magestade a Imperatriz do Brasil, Viuva, a Duqueza de Bragança.	50.000\$000
8.º Alimentos do Principe o Senhor D. Luiz.	6.000\$000
9.º Ditos da Princeza a Senhora D. Maria Isabel.....	6.000\$000
10.º Ditos do Principe o Senhor D. Felipe.....	6.000\$000
11.º Ordenado dos Mestres da Familia Imperial.....	3.200\$000
12.º Secretaria d'Estado.....	36.000\$000

13.º Gabinete Imperial .....	1.900\$000
14.º Conselho d'Estado .....	28.800\$000
15.º Presidencias de Provincias.....	131.600\$000
16.º Camara dos Senadores e Secretaria.	228.320\$000
17.º Dita dos Deputados, idem.....	309.240\$000
18.º Cursos Juridicos.....	78.980\$000
19.º Escolas de Medicina.....	84.370\$000
20.º Academia das Bellas Artes.....	19.820\$000
21.º Museo .....	6.044\$000
22.º Archivo Publico.....	7.420\$000
23.º Junta de Hygiene Publica.....	7.000\$000
24.º Empregados de visita de saude nos portos maritimos, lazareto e respectivo costeiro.	32.103\$000
25.º Instituto Vaccinico.....	14.400\$000
26.º Correio Geral e Paquetes de vapor.	811.000\$000
27.º Commissão de Engenheiros.....	7.000\$000
28.º Canaes, pontes, estradas e outras obras publicas geraes, podendo o Governo despende até metade da somma consignada nesta verba em auxilio ás obras provinciaes que mais con- venientes forem .....	500.000\$000
29.º Catechese e civilisação dos Indios..	40.000\$000
30.º Colonias e presidios militares.....	50.000\$000
31.º Estabelecimento de Educandas no Pará .....	2.000\$000
32.º Eventuaes .....	25.000\$000

*No Municipio da Corte.*

33.º Escolas menores de Instrucção Pu- blica.....	48.386\$000
34.º Bibliotheca Publica, sendo 1.000\$000 para a encadernação de obras.....	9.248\$000
35.º Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas .....	9.996\$000
36.º Dito do Passeio Publico.....	4.026\$000
37.º Instituto Historico e Geographico Bra- sileiro .....	2.000\$000
38.º Imperial Academia de Medicina....	2.000\$000
39.º Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional .....	2.322\$000
40.º Obras Publicas, comprehendida a con- tinuação das do edificio do Museo e reparos dos edificios, e outras do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas e do Passeio Publico.....	100.000\$000
41.º Hospital dos Lazaros.....	2.000\$000
42.º Exercicios findos .....	\$

Art. 3.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça he autorisado para despendere com os objectos designados nos seguintes §§ a quantia de..... 2.224.932\$888

A saber:

1.º Secretaria d'Estado.....	31.000\$000
2.º Tribunal Supremo de Justiça.....	71.366\$668
3.º Relações.....	180.000\$000
4.º Justiças de 1.ª Instancia.....	540.000\$000
5.º Policia e segurança Publica.....	153.346\$800
6.º Guarda Nacional.....	115.224\$500
7.º Telegraphos.....	11.480\$400
8.º Bispos, Cathedraes, Relação Metropolitana, Parochos, Vigarios geraes e Provisores: novas cadeiras de ensino nos Seminarios Episcopaes, conforme a disposição do Art. 11 § 10, incluidas as quantias de 8.000\$000 para o estabelecimento de hum Seminario Episcopal no Bispado de S. Paulo, e 3.800\$000 para auxiliar a Fabrica da Cathedral do Maranhão nos reparos de que carece a mesma Cathedral.....	533.975\$500
9.º Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro.....	62.710\$000
10.º Repressão do trafico de Africanos....	25.000\$000
11.º Eventuaes.....	10.000\$000

*No Municipio da Corte.*

12.º Culto Publico.....	4.547\$720
13.º Corpo Municipal Permanente.....	281.904\$400
14.º Casa de correccão e reparos de Cadêas, ficando o Governo autorisado para applicar as sobras desta verba á construcção de huma Cadêa segundo o systema cellular.....	64.000\$000
15.º Conducção e sustento de presos.....	20.000\$000
16.º Illuminação Publica.....	120.380\$000
17.º Exercicios findos.....	\$

Art. 4.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros he autorisado para despendere com os objectos designados nos seguintes §§ a quantia de..... 465.450\$000

A saber:

1.º Secretaria d'Estado.....	38.400\$000
2.º Legações e Consulados ao cambio de 27.	332.050\$000
3.º Extraordinarias no exterior idem....	75.000\$000



4.º Ditas no interior em moeda do paiz	20.000\$000
5.º Exercícios findos .....	\$

Art. 5.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha he autorisado para despendere com os objectos designados nos seguintes §§ a quantia de..... 3.655.290\$814

A saber:

1.º Secretaria d'Estado.....	28.000\$000
2.º Quartel General da Marinha.....	5.021\$000
3.º Conselho Supremo Militar.....	3.600\$000
4.º Auditoria e exccutoria.....	3.140\$000
5.º Corpo da Armada e classes annexas.	294.097\$080
6.º Dito de Fuzileiros navaes.....	67.041\$456
7.º Dito de Imperiaes Marinheiros.....	153.397\$614
8.º Companhia de Invalidos.....	14.874\$560
9.º Contadoria .....	43.600\$000
10.º Intendencias e accessorios.....	49.094\$760
11.º Arsenaes, diminuindo-se a quantia de 5.354\$200 na despeza com os remadores, e outras de Inspeção da Bahia; e bem assim 10.200\$ na despeza das officinas do Arsenal de Pernambuco.....	1.017.366\$270
12.º Capitancias de portos, incluída a quantia de 1.000\$ para aluguel de casas.....	59.860\$160
13.º Força Naval.....	1.212.845\$600
14.º Navios de transporte .....	66.149\$600
15.º Ditos desarmados.....	44.881\$000
16.º Hospitales .....	42.809\$200
17.º Pharoes.....	33.970\$320
18.º Academia de Marinha, incluída a quantia de 5.000\$ para alugueis da casa.....	33.229\$410
19.º Escola .....	1.604\$000
20.º Bibliotheca.....	3.430\$210
21.º Reformados.....	33.641\$694
22.º Obras, incluídas as quantias de 20.000\$ para a do caes da Sagração na Provincia do Maranhão; 10.000\$ para a do caes de Marinha da Capital do Pará; 6.029\$680 para a construcção de hum Pharol no lugar mais azado em frente dos baixios denominados de S. Thomé; 11.807\$200 para a conclusão do do morro de S. Paulo na Bahia; 5.000\$ para melhoramentos do porto do rio Mamanguape na Provincia da Parahiba; e 120.000\$ para continuação das obras do caes do Arsenal e melhoramentos do porto de Pernambuco.....	299.936\$880

23.º Despezas diversas e ventuaes.....	144.000\$000
24.º Exercícios findos .....	?

Art. 6.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes §§ a quantia de..... 7.454.541\$887

A saber:

1.º Secretaria d'Estado.....	32.800\$000
2.º Contadoria Geral, segundo o plano que baixou com o Decreto N.º 778 de 15 de Abril de 1851.....	36.440\$000
3.º Conselho Supremo Militar.....	29.658\$800
4.º Pagadorias.....	40.600\$000
5.º Escola Militar e Observatorio astronomico.....	52.613\$334
6.º Archivo Militar e officina lithographica.....	15.098\$800
7.º Arsenaes de Guerra e armazens de de artigos bellicos.....	777.662\$800
8.º Hospitacs .....	146.250\$000
9.º Commando de Armas.....	32.947\$700
10.º Officiaes do Exercito Reformados..	895.721\$773
11.º Exercito .....	4.219.625\$280
12.º Corpo de Saude do Exercito .....	127.420\$000
13.º Gratificações diversas.....	167.858\$800
14.º Invalidos.....	43.526\$920
15.º Pedestres.....	115.288\$800
16.º Recrutamento e engajamento.....	100.000\$000
17.º Fabrica da polvora .....	109.687\$540
18.º Dita de ferro de Ypanema.....	30.151\$860
19.º Presidio de Fernando de Noronha...	36.172\$800
20.º Obras militares .....	300.000\$000
21.º Despezas diversas e eventuaes.....	147.693\$800
22.º Exercícios findos .....	?

Art. 7.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes §§ a quantia de..... 9.988.439\$018

A saber:

1.º Juros da divida externa fundada calculados ao cambio par de 27.....	2.803.306\$606
2.º Ditos da divida interna fundada....	3.547.376\$000
3.º Ditos da divida inscripta antes da emissão das respectivas Apolices, e pagamento em dinheiro das quantias da mesma divida menores de 400\$ na fórma do Art. 95 da Lei de 24 de Outubro de 1832.....	32.000\$000

4.º Caixa de Amortisação, filial da Bahia, e Empregados no resgate e substituição do papel moeda.....	40.240\$000
5.º Pensionistas do Estado.....	502.945\$140
6.º Aposentados.....	300.126\$606
7.º Empregados de Repartições extintas..	36.011\$666
8.º Thesouro Nacional.....	183.520\$000
9.º Thesourarias.....	237.966\$000
10.º Juizo dos Feitos da Fazenda.....	43.500\$000
11.º Alfandegas, incluída a quantia de 10.000\$ para aluguel do Trapiche da Ilha das Cobras.....	1.051.725\$000
12.º Consulados.....	184.769\$000
13.º Recebedorias.....	101.582\$000
14.º Mesas de rendas e Collectorias.....	165.000\$000
15.º Casa da Moeda.....	62.600\$000
16.º Typographia Nacional.....	40.000\$000
17.º Officina de Apolices.....	2.800\$000
18.º Administração de Proprios Nacionaes.	17.908\$000
19.º Dita de terrenos diamantinos.....	9.280\$000
20.º Almoxarifados.....	838\$000
21.º Ajudas de custo a Empregados de Fazenda.....	6.000\$000
22.º Curadoria de Africanos.....	1.500\$000
23.º Medição de terrenos de Marinhãs...	3.000\$000
24.º Premios de Letras, desconto de assignados da Alfandega, comissões, corretagens e seguros.....	150.000\$000
25.º Juros de cinco por cento de £ 100.000 adiantadas pela Agencia em Londres na forma do contracto.....	44.445\$000
26.º Ditos de empréstimos do cofre dos orphãos.....	80.000\$000
27.º Pagamento dos mesmos empréstimos.	\$
28.º Ditos de bens de defuntos e ausentes.	\$
29.º Reposições e restituições de direitos.	50.000\$000
30.º Pagamentos de depositos de qualquer origem.....	\$
31.º Corte e conducção de pão-brasil....	60.000\$000
32.º Obras.....	200.000\$000
33.º Gratificações.....	10.000\$000
34.º Eventuaes.....	20.000\$000
35.º Exercícios findos.....	\$

## CAPITULO II.

*Receita Geral.*

Art. 8.º A Receita Geral do Imperio he orçada na quantia de ..... 30.500.000\$000

Art. 9.º Esta Receita será effectuada com o producto a Renda Geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei sob os titulos abaixo designados:

- 1.º Direitos de importação para consumo.
- 2.º Ditos de baldeação e reexportação.
- 3.º Ditos idem para a Costa d'Africa.
- 4.º Ditos de polvora estrangeira idem.
- 5.º Expediente dos generos estrangeiros despachados com carta de guia.
- 6.º Dito dos generos do paiz.
- 7.º Dito dos generos livres.
- 8.º Armazenagem.
- 9.º Premios de assignados.
- 10.º Multas.
- 11.º Ancoragem.
- 12.º Direitos de 13 por cento das embarcações estrangeiras que passam a nacionaes.
- 13.º Ditos de 5 por cento na compra e venda das embarcações.
- 14.º Ditos de 7 por cento de exportação.
- 15.º Ditos de 2 por cento idem.
- 16.º Ditos de 1 por cento idem do ouro em barras.
- 17.º Ditos de meio por cento idem dos diamantes.
- 18.º Expediente das capatazias.
- 19.º Multas.
- 20.º Renda do Correio Geral.
- 21.º Dita da Casa da Moeda.
- 22.º Dita da senhoreagem da prata.
- 23.º Dita da Typographia Nacional.
- 24.º Dita da Casa de correção.
- 25.º Dita da Fabrica da polvora.
- 26.º Dita da dita de ferro.
- 27.º Dita dos Arsenaes.
- 28.º Dita de Proprios nacionaes.
- 29.º Dita de terrenos diamantinos.
- 30.º Foros de terrenos e de marinhas, excepto as do Municipio da Côrte.
- 31.º Laudemios.
- 32.º Siza de bens de raiz.
- 33.º Decima urbana de huma legua além da demarcação.
- 34.º Dita addicional das Corporações de mão morta.
- 35.º Direitos novos e velhos e de Chancellaria.
- 36.º Dizima de Chancellaria.
- 37.º Joias das Ordens honorificas.
- 38.º Matriculas dos Cursos Juridicos.
- 39.º Ditas das Escolas de Medicina.
- 40.º Multas das Academias e por infracção de Regulamentos.
- 41.º Legitimações.

- 42.º Sello do papel fixo e proporcional.
- 43.º Premios de Depositos publicos.
- 44.º Patentes de Despachantes e Corretores.
- 45.º Feitio dos titulos dos mesmos.
- 46.º Emolumentos.
- 47.º Imposto sobre lojas, casas de descontos, &c.
- 48.º Dito sobre casas de moveis, roupa, &c., fabricadas em paiz estrangeiro.
- 49.º Dito sobre barcos do interior.
- 50.º Dito de 8 por cento das Loterias.
- 51.º Dito de 8 por cento dos premios das mesmas.
- 52.º Dito sobre mineração.
- 53.º Taxa dos escravos.
- 54.º Venda da polvora.
- 55.º Cobrança da divida activa.
- 56.º Venda de pão-brasil.
- 57.º Alienação de Capellas vagas.

*Peculiares do Municipio.*

- 58.º Dizimos.
- 59.º Decima urbana.
- 60.º Terças partes de Officios.
- 61.º Emolumentos de Policia.
- 62.º Imposto sobre casas de Icilão e modas.
- 63.º Dito de patente no consumo de aguardente.
- 64.º Dito de gado de consumo.
- 65.º Meia siza dos escravos.
- 66.º Sello de herança e legados.
- 67.º Rendimento do evento.

*Extraordinaria.*

- 68.º Agio de moedas e metaes.
- 69.º Contribuição para o Monte pio.
- 70.º Indemnisações.
- 71.º Receita eventual.
- 72.º Reposições e restituições.
- 73.º Venda de generos e Proprios nacionaes.

*Depositos.*

- 74.º Empréstimo dos cofres dos orphãos.
- 75.º Bens de defuntos e ausentes.
- 76.º Consumo das Alfandegas e Consulados.
- 77.º Depositos de diversas origens.
- 78.º Premios de Loterias.
- 79.º Salarios de Africanos livres.

Art. 10. No caso de deficiencia da Receita orçada será o deficit preenchido com emissão de bilhetes do Thesouro ou de Apolices.

### CAPITULO III.

#### *Disposições Geraes.*

Art. 11. O Governo fica autorizado para :

1.º Despender até 1.200\$ annualmente com o aluguel de huma casa onde se estabeleça o Archivo Publico.

2.º Vender em hasta publica os predios pertencentes ao patrimonio do Collegio de Pedro 2.º, convertendo o seu producto em Apolices da Divida Publica, as quaes serão inalienaveis.

3.º Trocar por Proprios nacionaes, que não sejam precisos para o serviço publico, os predios de propriedade particular que for necessario demolir para continuação da abertura da rua Leopoldina, entre a Academia das Bellas-Artes e a Praça da Constituição.

4.º Auxiliar a publicação das obras de phytographia e materia medica do Dr. Antonio Corrêa de Lacerda, e bem assim as do naturalista Dr. Martius, sobre objectos de Sciencias naturaes.

5.º Distribuir por venda, ou por aforamento perpetuo, e pelo modo que julgar mais conveniente, oito lotes de mil braças em quadro cada hum, das terras devolutas que se acharem proximas ás linhas de demarcação das Colonias Militares de Pernambuco e Alagoas; podendo para este effeito somente dispensar na Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850.

6.º Ceder, a fim de ser incorporado aos bens provinciaes da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Proprio nacional em que se reune a Assembléa Legislativa da mesma Provincia.

7.º Converter os predios ainda não arrematados, e que pertencêrão ao antigo Convento de Santa Theresa da Provincia da Bahia, em Apolices da Divida Publica, que serão inalienaveis, para fazerem parte do patrimonio do Seminario Archiepiscopal.

8.º Converter em Apolices da Divida Publica, que serão igualmente inalienaveis, para fazerem parte do patrimonio do Seminario Episcopal do Maranhão, as duas Fazendas nacionaes de Nossa Senhora de Nazareth, e Japeú, (outr'ora pertencente á Capella de Nossa Senhora do Desterro) sitas na mesma Provincia.

9.º Ceder, para continuação da abertura da nova rua no Bairro da Boa Vista da Cidade do Recife, a necessaria porção do terreno que serve de quintal ao Quartel denominado do Hospicio, e converter o restante, que não for preciso para o serviço do dito Quartel, em Apolices da Divida Publica, que

serão inalienaveis, para fazerem parte do patrimonio do Seminario Episcopal de Pernambuco.

10.º Despender annualmente até a quantia de 20.000\$ com a criação e manutenção de novas cadeiras de ensino nos actuaes Seminarios Episcopaes.

11.º Augmentar os ordenados dos Juizes Municipaes e de Orphãos até a quantia de 1.000\$, segundo as circumstancias de cada lugar, com tanto que esta nova despeza não exceda a 40 000\$. Huma vez fixados estes ordenados, não poderão ser alterados senão por Lei.

12.º Pagar aos Commissarios Brasileiros da Commissão Mixta Brasileira e Portugueza do Artigo 3.º da Convenção Additional ao Tratado de 29 de Agosto de 1825 o que se lhes dever desde Fevereiro de 1842 até Junho de 1846, tempo em que effectivamente trabalhárão na sobredita Commissão.

13.º Fazer aquisição da propriedade contigua ao Arsenal de Guerra da Bahia para augmento do mesmo Arsenal, segundo as condições que mais vantajosas forem aos interesses da Fazenda Publica, podendo dar em pagamento algum ou alguns dos Proprios nacionaes sitos na dita Provincia, cuja conservação não for necessaria, ou util ao Serviço publico.

14.º Despender a quantia de 23.836\$050 com a construcção de hum ponte de embarque no porto da Capital da Provincia do Ceará, e 20.000\$ com a de hum Pharol no porto de Jaraguá em Maceió.

15.º Fazer as despezas que forem necessarias para recunhar as moedas de 4 e 2½ oitavas de ouro.

16.º Reduzir a dinheiro os objectos de ouro e prata, e joias, que se acharem em deposito nos cofres publicos, quando não sejião levantados dentro do prazo de cinco annos, e á isso se não opponhão as partes interessadas. Esta disposição será executada do 1.º de Janeiro de 1852 em diante a respeito dos objectos que existirem nos ditos cofres quando for publicada a presente Lei, estando já completo o prazo acima marcado; e o Governo lhe dará toda a publicidade para conhecimento das partes interessadas.

17. Reformar os Regulamentos relativos ao lançamento e cobrança dos impostos sobre lojas, e aguardente do consumo no Municipio da Côte, na parte em que determinão que a arrecadação delles seja feita simultaneamente com o da decima urbana nos mezes de Janeiro e Junho de cada anno, a fim de que possa verificar-se em mezes diversos.

Art. 12. O ordenado do Secretario da Provincia do Amazonas será de 1.600\$.

Art. 13. Os Paquetes de Vapor da Companhia Brasileira, tanto na ida para o Norte, como na volta, deverão tocar por escala no porto da Cidade da Victoria, Capital da Provincia do Espirito Santo.

Art. 14. Os attestados que se exigem para o pagamento das congruas dos Parochos poderão ser passados pelos Vigarios da Vara, Camaras Municipaes, ou Delegados de Policia.

Art. 15. Os Monsenhores e Conegos da Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro perceberão a gratificação marcada no Art. 5.º do Decreto N.º 697 de 10 de Setembro de 1850, sem a diminuição de que trata o § 2.º do mesmo Artigo.

Art. 16. Fica augmentado com 160 réis diarios o soldo das Praças de pret do Corpo Municipal Permanente da Córte.

Art. 17. Fica supprimido hum lugar de Amanuense do Hospital Militar da Córte.

Art. 18. Fica revogado o § 3.º do Art. 11 da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850, que autorizou o Governo para alienar o Quartel de Bragança.

Art. 19. Continúa em vigor por mais seis mezes a autorisação concedida ao Governo no Art. 11 do Decreto N.º 542 de 21 de Maio de 1850 para classificar os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito.

Art. 20. A gratificação additional, que percebem os Officiaes do Exercito em serviço, fica augmentada, a saber: a dos Subalternos e Capitães com 10% mensaes, a dos Officiaes Superiores com 20%, e a dos Officiaes Generaes com 50%. As maiorias de embarque dos Officiaes da Armada ficam tambem augmentadas com as mesmas quantias designadas para os do Exercito de iguaes patentes. Estas disposições porèm só começarão a ter vigor quando o Exercito for reduzido a circumstancias ordinarias.

Art. 21. A gratificação que actualmente percebem os Lentes e Substitutos dos Cursos Juridicos e Escolas de Medicina fica considerada como ordenado, mas nenhum Lente poderá ser jubilado com menos de 25 annos de serviço; e o que servir além de 25 annos vencerá huma gratificação annual de 800%. Os actuaes que requererem sua jubilação, ou que o Governo entender não convir que continuem no magisterio, serão jubilados com o ordenado que ora percebem, tendo 20 annos de serviço; e aquelles que obtiverem provimento do Governo para continuarem a servir além dos 20 annos não poderão ser assim jubilados sem que o requeirão.

Art. 22. Os vencimentos do Professor de inglez e francez do Collegio das Artes de Olinda ficam igualados aos dos outros Professores do mesmo Collegio.

Art. 23. O provimento das Cadeiras vagas da Aula do Commercio do Rio de Janeiro será feito pela mesma fórmula que o das Cadeiras que vagão nos Cursos Juridicos.

Art. 24. A divida passiva anterior ao anno de 1827 já inscripta no Grande Livro da Divida Publica, em virtude das disposições da Lei de 15 de Novembro do dito anno, e ainda não convertida em Apolices, e bem assim a divida proveniente



da mesma origem, inscripta nos Livros auxiliares das Províncias, que ainda o não foi no Grande Livro por depender de liquidação do Thesouro, não está prescripta; e será paga pela fórmula determinada na referida Lei toda a que for reconhecida legal pelo mesmo Thesouro.

Art. 25. Ficão supprimidos os lugares vagos de Escripturario da Caixa da Amortisação e de Amanuense da Secção de Substituição das Notas, devendo ser tambem supprimidos os tres outros lugares de Amanuenses da mesma Secção, logo que possão ter diverso destino os individuos que os occupão, ou que hajão de vagar por qualquer outro motivo.

Art. 26. Quando o Governo puzer á venda o papel sellado, a taxa do Sello, que devem pagar as letras de cambio, segundo a Tabella do Art. 18 da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850, será dividida pelas diversas vias, e regulada pela fórmula seguinte:

De 100\$ até 400\$ . . . . .	100 réis por cada via.
De mais de 400\$ até 1.000\$ . . . .	200 réis » »
De mais de 1.000\$ até 2.000\$ . . .	400 réis » »

E assim progressivamente, cobrando-se mais 200 réis por via de toda a quantia que exceder a cada conto de réis.

Art. 27. Fica reduzida a 40 réis por folha a taxa do Sello que devem pagar os livros dos Negociantes.

Art. 28. Fica restabelecido o porte do Correio sobre as folhas periodicas na fórmula do Art. 19 da Lei N.º 396 de 2 de Setembro de 1846, que n'esta parte alterou a disposição do Art. 185 do Regulamento N.º 399 de 21 de Dezembro de 1844.

Art. 29. O imposto sobre as seges e mais vehiculos de conducção fica pertencendo ás Províncias, e no Municipio da Côte á respectiva Camara.

Art. 30. Ficão pertencendo á Camara Municipal da Villa da Parahyba do Sul da Provincia do Rio de Janeiro os materiaes dos alicerces outr'ora destinados para construcção da casa dos cobradores do direito de passagem do rio do mesmo nome, a fim de os empregar na edificação da Igreja Matriz, casa da Camara e do Jury.

Art. 31. Fica revogado o Decreto N.º 502 de 19 de Agosto de 1848, e em seu inteiro vigor a disposição do Art. 2.º do Decreto N.º 165 de 29 de Setembro de 1840.

Art. 32. Os dinheiros de ausentes, cujo pagamento não for reclamado dentro de trinta annos, contados do dia em que houverem entrado nos cofres do Thesouro e Thesourarias, prescreverão em beneficio do Estado, salvo se por qualquer dos meios em direito admittidos tiver sido interrompida a prescripção. Quanto aos dinheiros d'esta origem ora existentes

nos referidos cofres, de cuja entrada já houver decorrido o prazo de trinta annos, ficão marcados mais tres annos contados do 1.º de Janeiro de 1852, para que dentro d'elles possam os interessados reclamar o seu pagamento, devendo o Governo dar toda a publicidade a esta disposição para conhecimento dos mesmos.

Art. 33. As moedas de ouro que não tiverem o peso legal não serão recebidas nas Estações Publicas; e no Thesouro e Thesourarias serão cortadas e restituídas ás partes as que forem apresentadas sem o dito peso: ou trocadas por moeda corrente na razão de quatro mil réis por oitava de ouro, se as mesmas partes o exigirem.

O Governo conservará na Casa da Moeda a somma que parecer sufficiente para troco da moeda desfalcada que os particulares quizerem trocar.

Art. 34. O prazo marcado no Art. 15 da Lei N.º 586 de 6 de Setembro de 1830 fica limitado a seis mezes para as Thesourarias.

Art. 35. As habilitações para a percepção do Monte pio da Marinha, estabelecido pelo Decreto e Plano de 23 de Setembro de 1795, serão processadas perante o Tribunal do Thesouro, como actualmente se pratica a respeito dos meios soldos.

Art. 36. A disposição do § 4.º do Art. 2.º do Decreto N.º 736 de 20 de Novembro de 1850 he applicavel a todos os responsaveis por dinheiros e valores do Estado, os quaes na fórma da Legislação em vigor são sujeitos á prestação de contas perante o Tribunal do Thesouro, qualquer que seja o Ministerio á que pertença; e além das penas ahí estabelecidas, e no Decreto N.º 657 de 5 de Dezembro de 1849, que lhes será tambem applicavel quando não apresentarem os livros, contas e documentos de sua gestão nos prazos que lhes forem marcados, caso não o tenham feito no tempo prescripto pelas Leis, Regulamentos, e Instrucções respectivas, poderá o mesmo Tribunal impor-lhes multas até 1.000\$, as quaes serão cobradas executivamente.

Art. 37. A disposição do Art. 43 da Lei N.º 514 de 28 de Outubro de 1848 não obsta a que o Tribunal do Thesouro conceda moratorias aos fiadores dos Thesoureiros, Collectores ou outros quaesquer Empregados, que tenham a seu cargo dinheiros, ou valores publicos, para pagarem em prestações os alcances de seus afiançados quando forem a isso obrigados, no caso de reconhecer que os mesmos fiadores são dignos d'essa concessão.

Art. 38. A contas correntes, ou certidões, com que a Fazenda Publica entra com sua intenção fundada para a cobrança de suas dividas activas de conformidade com o disposto na Lei de 22 de Dezembro de 1761, poderão ser passadas na Directoria Geral, e Serções do Contencioso do Thesouro e The-

sourarias, á vista das relações dos devedores da dívida activa liquidada nas respectivas Contadorias, assignadas n'aquelle pelo Director Geral da Contabilidade, e n'estas pelos respectivos Inspectores.

Art. 39. Os Ministerios, em cujas Repartições se verificão receitas especiaes, não poderão augmentar os creditos abertos para suas despezas com o producto de taes receitas, o qual entrará no Thesouro e Thesourarias no fim de cada trimestre.

Art. 40. Não serão contemplados como renda ordinaria do Estado os dinheiros provenientes das seguintes origens — ausentes, empréstimos dos cofres dos orphãos, remanescentes dos premios de loterias, e outros quaesquer depositos — ; nem votada somma alguma para pagamento de taes dinheiros, conservando-se porêem nas Leis de Orçamento as rubricas respectivas, mas sem quantias definidas.

Art. 41. Não obstante a disposição do Artigo antecedente serão comprehendidas nos Orçamentos as referidas rubricas com a avaliação da renda que puderem produzir, mas em Capitulo especial, debaixo do titulo—Depositos diversos. Da mesma fórma serão contempladas nos Balanços com sua despeza propria; e o saldo que houver sido empregado na Despeza geral do Estado será representado entre as mais rendas debaixo do titulo unico, e especial — Receita de depositos. Se os pagamentos reclamados durante hum exercicio excederem as entradas, o excesso será pago com a renda ordinaria, e contemplado na respectiva rubrica do Balanço.

Art. 42. As despezas autorizadas por diversos Artigos da presente Lei sem decretação de fundos correspondentes serão pagas pelos mesmos meios votados para pagamento das que são contempladas com quantia definida nas rubricas respectivas, e formarão rubrica especial no Balanço quando a não tiverem na Lei.

Art. 43. O Art. 309 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, que dá faculdade ao Governo para no caso de guerra externa, que intercepte e torne muito arriscado o commercio de cabotagem, permittir-lo aos barcos estrangeiros, será extensivo ao caso, em que o mesmo commercio soffra por qualquer motivo iguaes vexames; embora não haja expressa declaração de guerra, se de outro modo não puder o Governo salvar a propriedade dos Subditos do Imperio.

Art. 44. A Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro fica autorizada para cobrar:

1.º Mil réis por cada rez que se matar no novo matadouro, e trezentos e vinte réis por animal ovelhum, cabrum, ou cerdum.

2.º Cinco mil réis pelas licenças que annualmente conceder ás lojas, armazens, tavernas, e mais casas de negocio, continuando a perceber somente mil réis pelas concedidas ás casas de quitanda.

3.º De vinte a cem mil réis pelas licenças que annualmente conceder aos mascates que commerciareem dentro do Municipio, segundo o valor dos objectos do seu commercio, o que será regulado por hum tabella, dependente da approvação do Governo.

Art. 45. A mesma Camara fica igualmente autorisada para contrahir, sob hypothecas de suas rendas, e com approvação do Governo, hum emprestimo da quantia que for necessaria para conclusão da obra do novo matadouro pela maneira mais vantajosa, a fim de que preste o serviço á que he destinado, ficando tambem dependente de approvação do Governo o plano e execução da mesma obra.

Da renda que produzir o novo matadouro serão annualmente empregados vinte e cinco contos de reis na amortisação de todo o emprestimo contrahido para sua construção até completa extincção do mesmo emprestimo; e deduzida da restante a somma precisa para o pagamento dos juros, a sobra que houver será annual, e exclusivamente applicada ao calçamento das ruas da Capital, e á conservação e melhoramento dellas.

Art. 46. Além da somma designada no Artigo antecedente serão tambem applicados exclusivamente ao calçamento das mesmas ruas, e á sua conservação e melhoramento: 1.º a importancia que da sua renda actual paga a referida Camara de juros do emprestimo já contrahido: 2.º o producto do imposto denominado de seges de que trata o Cap. 4.º do Regulamento N.º 361 de 15 de Junho de 1844, e que fica pertencendo á mesma Camara conforme o Art. 29 da presente Lei, devendo regular-se a cobrança deste imposto, e do de policia a que se refere o Art. 7.º da Lei N.º 586 de 6 de Dezembro de 1850, pela Tabella seguinte:

1.º Omnibus.....	40\$000
2.º Gondolas.....	30\$000
3.º Carroças, e carros de eixo fixo.....	12\$000
4.º Carros de eixo movei.....	16\$000
5.º Carros de enterros de 4 rodas de qualquer feito e denominação.....	50\$000
6.º Ditos ditos de 2 rodas idem.....	20\$000
7.º Carros, carruagens, traquitanas, e outros trans- portes de 4 rodas.....	16\$000
8.º Seges, sociaveis, cabs, tilburys e outros trans- portes de duas rodas, sendo tirados por dois ani- maes.....	12\$000
Sendo tirados por hum animal.....	10\$000

Os transportes designados nos n.ºs 7.º e 8.º pagarão 50 por cento mais se forem de aluguel

**Art. 47.** A mesma Camara fica autorisada, para contractar, precedendo approvação do Governo, com qualquer Companhia ou empresario, o calçamento das ruas da Capital, sua conservação, e melhoramento, pelo systema que mais conveniente parecer, e for tambem approvedo pelo Governo; e se não houver Companhia ou empresario que queira fazer o contracto poderá contrahir hum emprestimo para ser applicado a este objecto.

O contracto será feito, ou o emprestimo contrahido com a clausula de se applicar ao pagamento dos juros e amortisação do capital empregado não só as sommas de que trata o Artigo antecedente, mas tambem qualquer outra parte das rendas da Camara que no futuro possa ser destinada ao mesmo fim.

**Art. 48.** O anno municipal da mesma Camara será con-tado do 1.º de Janeiro ao ultimo de Dezembro, e o Orçamento annual da sua receita e despeza apresentado ao Governo até o fim do mez de Outubro, para que possa ser decretado na fórma do Art. 23 da Lei N.º 108 de 26 de Maio de 1840.

As contas documentadas da receita e despeza serão apresentadas ao Governo até o 1.º de Março de cada anno; approvadas as ditas contas será impresso o balanço, e remettido á Assemblêa Geral Legislativa no principio de cada Sessão, acompanhado de hum relatorio do estado da Administração municipal.

**Art. 49.** A referida Camara venderá, com preferencia aos emphyteutas, o dominio directo dos prazos que lhe pertencerem, na conformidade do Alvará de 10 de Abril de 1821, observando-se nas avaliações o que se acha disposto no Alvará de 23 de Fevereiro de 1771, e Decreto de 7 de Dezembro de 1772.

O Governo regulará a melhor fórma de fazer-se effectiva esta disposição: o producto de taes vendas será empregado em Apolices da Divida Publica, e fará parte do patrimonio da Camara.

**Art. 50.** As disposições do Art. 11 §§ 1.º, 10, 11, 14, 15 e 17, e dos Arts. 12, 13, 16, 19, 21, 23, 27, 28, 33, 38, 44, 45 e 48 da presente Lei terão vigor desde a sua publicação.

**Art. 51.** Ficão em vigor todas as disposições da Lei do Orçamento antecedente, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

**Art. 52.** Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos por tanto á todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Ja-

neiro aos dezasete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Joaquim José Rodrigues Torres.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sancionar, orçando a Reccita e fixando a Despesa geral do Imperio para o exercicio de 1852—1853, e dando outras providencias, como nella se contém.*

Para Vossa Magestade ver.

José Pedro de Azevedo Peçanha a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 18 de Setembro de 1851.

Josino do Nascimento Silva.

Registrada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda a fl. 3 do Livro competente em 22 de Setembro de 1851.

José Pedro de Azevedo Peçanha.

Nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda foi publicada a presente Lei aos 22 de Setembro de 1851.

João Maria Jacobina.

---

DECRETO N.º 629 — de 17 de Setembro de 1851.

*Autorisa o Governo a pagar a Manoel Affonso Martins a quantia constante da sentença que obteve contra a Fazenda Nacional.*

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo fica autorisado a pagar na fórma da Lei de quinze de Novembro de mil oitocentos vinte e sete, a Manoel Affonso Martins, a quan-

tia constante da sentença que contra a Fazenda Nacional o mesmo obteve na causa ácerca dos prejuizos, perdas e danos resultantes do apresamento da sumaca *Nova Constituição*, feito pela Esquadra de Lord Cockrane no tempo da guerra da Independencia.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thezouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim José Rodrigues Torres.*

DECRETO N.º 630 — de 17 de Setembro de 1851.

*Autorisa o Governo para reformar o ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para reformar o ensino primario e secundario do Municipio da Côrte, observando as seguintes disposições :

1.ª Haverá no Municipio hum Inspector Geral da Instrucção, e em cada Parochia hum Delegado seu.

Estes Empregados serão amoviveis, e o Governo marcará em Regulamento suas attribuições, e o modo por que será feita a inspecção das Escolas.

2.ª Qualquer pessoa, que se propuzer a abrir ou dirigir hum Escola ou Collegio, ou a leccionar nestes Estabelecimentos, deverá requerer licença ao Inspector Geral, justificando aptidão, idade maior de vinte hum annos e moralidade.

Aos estrangeiros só se concederá licença para abrirem taes Estabelecimentos, se metade pelo menos de seus Professores constar de Cidadãos Brasileiros.

3.ª O Governo regulará as habilitações para o Magis-

terio Publico, e as provas por que devem passar os candidatos ao mesmo, tendo em attenção as materias do ensino adiante designadas.

4.<sup>a</sup> Todas as Escolas e Collegios particulares ficarão sujeitos á inspecção, e seus Directores ás penas de suspensão e multa, nos casos e pelo modo que o Governo determinar.

5.<sup>a</sup> Quando o Governo reconhecer que a existencia de alguma destas casas he prejudicial aos bons costumes, ou á educação da mocidade, poderá mandar immediatamente fecha-la; ficando todavia salvo ao respectivo Director o recurso para o Conselho d'Estado.

6.<sup>a</sup> As Escolas publicas de instrucção primaria serão divididas em primeira e segunda classe.

Nas de segunda classe o ensino deve limitar-se á leitura, calligraphia, doutrina christã, principios elementares do calculo e systemas mais usuaes de pesos e medidas.

Nas de primeira classe o ensino deve, além disto, abranger a grammatica da lingua nacional, e arithmetica, noções de algebra e de geometria elemental, leitura explicada dos evangelhos, e noticia da historia sagrada, elementos de geographia, e resumo da historia nacional, desenho linear, musica e exercicios de canto.

7.<sup>a</sup> Haverá hum Externato, onde ficarão reunidas as Aulas publicas de instrucção secundaria, que actualmente existem no Municipio da Côte, e o Governo o completará com as cadeiras que faltarem, a fim de que o seu curso de estudos comprehenda as mesmas materias que se ensinarem no Collegio de Pedro Segundo, cujo plano e estatutos deverá o Governo reformar em harmonia com os Regulamentos que expedir para a organização, e regimen do Externato, regulando a fôrma dos exames, e a maneira pela qual deva ser conferido o grão de Bacharel em letras.

8.<sup>a</sup> O Governo designará os premios, que deverão ser conferidos aos Professores e alumnos tanto do Collegio de Pedro Segundo, como do Externato, e das Escolas, devendo ser igualados os vencimentos dos Professores daquelles dous Estabelecimentos, e o tempo para sua jubilação.

Tambem organizará huma Tabella dos emolumentos das licenças que forem concedidas para a abertura das Escolas e Collegios particulares, e poderá comminar multas



até a quantia de duzentos mil réis aos infractores de seus Regulamentos, e a pena de suspensão até tres mezes aos Professores publicos que se deslisarem de seus deveres.

9.ª O producto dos emolumentos e multas formará hum fundo de reserva para ser applicado ás despezas da Inspecção das Escolas, e do melhoramento do ensino, ficando o Governo autorizado para em caso de deficiencia despende annualmente com este ramo de Serviço publico até a quantia de vinte contos de réis, incluidos os supprimentos necessarios ao Collegio de Pedro Segundo.

Art. 2.º O Governo fará pôr em pratica a reforma, sujeitando-a á definitiva approvação do Poder Legislativo; e em quanto a não obtiver serão consideradas como provisórias as nomeações dos Professores das cadeiras novamente creadas, e dos Empregados do Externato.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezete de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 21.<sup>a</sup>

LEI N.º 631 — de 18 de Setembro de 1851.

*Determina as penas e o processo para alguns crimes militares.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º No caso de guerra externa serão punidos com a pena de morte na Provincia, em que tiverem lugar as operações do Exercito Imperial, e bem assim em territorio alliado, ou inimigo, occupado pelo mesmo Exercito: 1.º os espiões: 2.º os que nas Guardas, Quartéis, Arsenaes, Fortalezas, Acampamentos, Postos Militares, e Hospitales, tentarem seduzir as praças de 1.ª Linha, Policia, Guarda Nacional, ou quaesquer outras, que fação parte das Forças do Governo, tanto de mar, como de terra, a fim de que desertem para o inimigo: 3.º os que nos mesmos lugares acima mencionados tentarem seduzir as mesmas praças, a fim de que se levastem contra o Governo, ou os seus Superiores: 4.º os que atacarem sentinellas: 5.º os que entrarem nas Fortalezas sem ser pelas portas e lugares ordinarios.

§ 1.º Os crimes dos n.ºs 2.º e 3.º sendo commettidos no dito caso de guerra externa, na Provincia, em que tiverem lugar as operações do Exercito, e nas Guardas, Quartéis, Fortalezas, Acampamentos, Postos Militares, e Hospitales, não sendo porém a deserção para o inimigo, ou sendo os referidos crimes commettidos na dita Provincia, fóra dos mencionados lugares, ou em qualquer outra do Imperio no mesmo caso de guerra externa, serão punidos com a pena de galés perpetuas no gráo máximo, vinte annos no medio, e doze no minimo.

§ 2.º Se os ditos crimes forem commettidos em tempo de paz em qualquer Provincia e lugares, a pena será de dous a seis annos de prisão com trabalho; mas, se a deserção for para paiz estrangeiro, a pena será de quatro a doze annos de prisão com trabalho.

§ 3.º O crime de dar asylo ou transporte á desertores, conhecendo-os como taes, será punido em tempo de guerra com a pena de seis a doze annos de prisão com trabalho, e em tempo de paz com a de prisão simples por seis a dezoito mezes.

§ 4.º Com a mesma pena de seis a dezoito mezes de prisão simples, e com a de multa do decuplo do valor dos objectos comprados será punido o crime de comprar ás praças do Exercito, Policia, Guarda Nacional, e quaesquer outras que fação parte da Força do Governo peças de armamento, armamento, equipamento, ou munições de guerra, se taes objectos tiverem sido fornecidos pelo Governo.

§ 5.º Os crimes, de que tratão os §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da presente Lei, bem como os de que tratão os Artigos 70, 71, 72, 73 e 76 do Código Criminal, serão, quando commettidos por paizanos, processados e julgados na fórma da Lei N.º 562 de 2 de Julho de 1850. Sendo porém commettidos por militares, serão estes julgados pelos Conselhos de Guerra, e punidos com as penas estabelecidas por esta Lei, e pelo Código Criminal, se não houver especiaes nos Regulamentos e Leis militares.

§ 6.º Os crimes, de que trata o principio deste Artigo em todos os seus numeros, licão considerados militares, e aquelles, que os commetterem, ficão sujeitos ao julgamento dos Conselhos de Guerra, ainda quando militares não seião.

§ 7.º Serão tambem considerados militares todos os crimes commettidos por militares nas Provincias, em que o Governo mandar observar as Leis para o Estado de Guerra, e bem assim os commettidos por militares em territorio inimigo, ou de alliados, occupado pelo Exercito Imperial, sendo porém applicadas as penas do Código Criminal nos crimes meramente civis.

§ 8.º No caso de guerra externa o Governo fica autorisado: 1.º a crear provisoriamente na Provincia, em que tiverem lugar as operações de guerra, huma Junta de Justiça militar para o julgamento, em segunda ins-

atância, dos crimes militares de sua competencia: 2.º a proibir na dita Provincia as publicações e reuniões, que julgar capazes de favorecer o inimigo, excitar ou manter a desordem, sendo os transgressores punidos com a pena de tres a nove mezes de prisão simples, processados e julgados na fórma da citada Lei N.º 562 de 2 de Julho de 1850: 3.º a fazer sabir dos lugares, em que a sua presença for perigosa, todos aquelles, que ali não tiverem domicilio, e mesmo os que tiverem, se a necessidade das operações militares o exigir, e só em quanto durar essa necessidade.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezoito dias do mez de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Manoel Felizardo de Sousa e Mello,*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assemblêa Geral, que Houve por bem Sanccionar, determinando as penas e ao processo para alguns crimes militares.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros a fez,

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 20 de Setembro de 1851.

Josino do Nascimento Silva,

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado, dos Negocios da Guerra em 20 de Setembro de 1851.

Libanio Augusto da Cunha Mattos.

Registrada a folhas 163 verso do Liv. 2.º de Leis. Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 20 de Setembro de 1851.

José Venancio Cantalice.

---

DECRETO N.º 632 — de 18 de Setembro de 1851.

*Autorisa o Governo a promover a organização de Companhias que comprehendão a navegação por vapor em barcos proprios, não só para transporte de passageiros e malas, mas também para condução de mercadorias.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo he autorizado a promover a organização de Companhias que comprehendão a navegação por vapor em barcos proprios, não só para o transporte de passageiros e malas, mas também para a condução de mercadorias; 1.º entre o porto da Cidade da Bahia e os diversos portos pertencentes às Comarcas do Sul da mesma Provincia; 2.º entre o dito porto da Cidade da Bahia e os diversos portos da Provincia das Alagoas, de Maceyó para o Sul, e os da Provincia de Sergipe e Comarcas do Norte da mesma Provincia da Bahia; 3.º entre o porto da Cidade do Recife e os diversos portos do Sul da Provincia de Pernambuco; e os das Alagoas, de Maceyó para o Norte, incluindo-se o de Maceyó; 4.º entre o dito porto da Cidade do Recife e os das Cidades da Fortaleza, Aracaty, Assú, Natal, e Parahiba; 5.º entre o porto da Cidade de São Luiz do Maranhão e o da Cidade da Fortaleza da Provincia do Ceará, e hum dos portos do Rio Parnahiba mais proximos á Capital da Provincia do Piahy; 6.º entre o porto da Cidade do Rio de Janeiro e o da Cidade da Victoria, e outras Villas da Provincia do Espirito Santo;

7.º entre o dito porto da Cidade do Rio de Janeiro e o de Paranaguá na Província de São Paulo, São Francisco, e Cidade do Desterro na de Santa Catharina.

Art. 2.º O Governo estipulará o numero de viagens para cada hum dos portos, não sendo menos de huma mensalmente nos primeiros tres annos, e de duas nos outros, a dimensão e força dos vapores, o preço maximo dos fretes e passagens, o numero de passageiros e quantidade de cargas pertencentes ao Estado, que deverão ser conduzidas gratuitamente em cada viagem, bem como as multas, condições, e encargos que julgar uteis á policia e facilidade da navegação de cabotagem.

Art. 3.º O Governo poderá conceder a todas as ditas Companhias privilegio exclusivo até vinte annos para a navegação por vapor entre os portos designados no Artigo primeiro; e além disso poderá conceder: 1.º á Companhia ou Companhias que emprehenderem e realisarem toda a navegação designada nos numeros 1.º e 2.º do dito Artigo primeiro huma subvenção annual até sessenta contos de réis nos primeiros dez annos, e até quarenta nos seguintes, ou aliás, se assim convier ás Companhias, a garantia de oito por cento do capital empregado, cujo quantitativo deverá ser fixado no contracto; estabelecendo-se o meio da verificação do seu effectivo emprego; 2.º a mesma subvenção, e pelo mesmo tempo, ou aliás, a mesma garantia de juros, com as mesmas condições, á Companhia ou Companhias que emprehenderem e realisarem toda a navegação designada nos numeros 3.º e 4.º do dito Artigo primeiro; 3.º a mesma garantia de juros, com as mesmas condições, ou aliás, a subvenção de vinte quatro contos de réis annuaes para a Companhia que emprehender e realizar toda a navegação designada no numero 5.º do dito Artigo; 4.º a mesma garantia de juros, ou aliás, a subvenção até dezoito contos de réis annuaes para cada huma das Companhias, que emprehenderem e realisarem as navegações designadas nos numeros 6.º e 7.º do referido Artigo primeiro.

Art. 4.º As despesas autorizadas por esta Lei se farão pela receita ordinaria, e na falta pelos mesmos meios estabelecidos na Lei do Orçamento para supprimento do deficit.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

---

DECRETO N.º 633 — de 18 de Setembro de 1854.

*Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação  
ao subdito dos Estados Unidos João  
Monteiro Carson.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo he autorisado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a João Monteiro Carson, subdito dos Estados Unidos.

O Visconde de Mont'alegre, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Mont'alegre.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 22.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 634 — de 20 de Setembro de 1854.

*Sancciona a Resolução da Assembléa Geral creando na  
Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul hum  
curso de Infantaria e Cavallaria..*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Crear-se-ha na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul hum curso de Infantaria e Cavallaria, composto das materias do 1.º e 5.º anno da Escola Militar, e do desenho correspondente a estes annos, sob as seguintes bases :

1.<sup>a</sup> Os Professores serão Officiaes do Exercito, que tenham pelo menos o curso de Artilharia, e approvações plenas em todas as doutrinas. Servirão por commissão, vencendo a gratificação annual de oitocentos mil réis.

2.<sup>a</sup> O exame do ultimo anno será feito pelos Lentes da Escola Militar, e os estudantes que terminarem o curso, terão as mesmas vantagens, que pelas Leis e Regulamentos competem ás praças do Exercito, que tem o curso de Infantaria e Cavallaria da Escola Militar.

3.<sup>a</sup> A despesa com o novo curso, excepto a que se houver de fazer com o transporte e as gratificações dos Lentes examinadores, não excederá a quatro contos de réis.

Art. 2.º O curso de Infantaria e Cavallaria da Escola Militar fica reduzido ao 1.º e 5.º annos, e ao desenho a elles correspondente. Para a matricula neste curso he necessario a approvação da pratica das primeiras quatro operações da arithmetica, e a idade de quatorze annos completos.

Art. 3.º Aquartelar-se-ha dentro da Escola Militar o numero de alumnos, que o Governo fixar annualmente, e fóra da mesma Escola. mas dentro do Municipio da



Côrte , os alumnos do 5.º e 6.º anno , guardadas as regras seguintes.

§ 1.º Os alumnos aquartelados dentro da Escola , pagarão annualmente a matricula , e contribuirão com a mesada , que forem marcadas nos Regulamentos.

Os filhos legitimos dos Officiaes do Exercito e da Armada , além de ficarem dispensados do pagamento da matricula , contribuirão somente com metade da mezada marcada , e os daquelles que tiverem sido mortos , ou gravemente feridos em combates , ou prestado relevantes serviços , serão admittidos e sustentados á custa do Estado : com tanto porém que o numero dos primeiros não exceda a hum terço , e o dos segundos a hum sexto do numero fixado annualmente.

§ 2.º As aulas das Sciencias Physicas e Mathematicas serão distribuidas dentro da Escola pelos annos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 7.º

§ 3.º Aos alumnos , aquartelados fóra da Escola , serão proporcionados os meios necessarios , para que possam unir ao estudo theorico a pratica da economia e exercicio das tres armas.

Art. 4.º Os grãos academicos serão conferidos aos alumnos , que se habilitarem no estudo das Sciencias Physicas e Mathematicas.

Art. 5.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra , assim o tenha entendido , e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum , trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Manoel Felizardo de Sousa e Mello.*

DECRETO N.º 635 — de 20 de Setembro de 1851.

*Sancciona a Resolução da Assembléa Geral que autorisa o Governo para admittir a Emilio Luiz Mallet no Quadro do Exercito com o posto de Capitão d'Artilheria.*

Hei por bem Sanccionar , e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º O Governo he autorizado para admittir a Emilio Luiz Mallet no Quadro do Exercito , com o posto de Capitão d'Artilharia , de que teve demissão por estrangeiro.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra , assim o tenha entendido , e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum , trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Manoel Felizardo de Sousa e Mello.*

## COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL

1851.

TOMO 12.

PARTE 1.<sup>a</sup>SECÇÃO 23.<sup>a</sup>

DECRETO N.º 636 — de 30 de Setembro de 1851.

*Approva as aposentadorias concedidas aos Conselheiros  
nelle mencionados.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de oito de Março de mil oitocentos quarenta e oito, ao Conselheiro d'Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu, no Lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça com o vencimento annual de dois contos e oitocentos mil réis.

Art. 2.º Fica igualmente approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de quatorze de Abril de mil oitocentos quarenta e oito, ao Conselheiro d'Estado Honório Herméto Carneiro Leão, no Lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, com o vencimento annual de dois contos e oitocentos mil réis.

Art. 3.º Fica igualmente approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de quatro de Junho de mil oitocentos quarenta e nove, ao Conselheiro d'Estado José Cesario de Miranda Ribeiro, no Lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, com o vencimento annual de dois contos e oitocentos mil réis.

Art. 4.º Fica igualmente approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de doze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, ao Conselheiro d'Estado Candido José de Araujo Vianna, no Lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, com o vencimento annual de metade do respectivo ordenado.

Art. 5.º Fica igualmente approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de dezoito de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum, ao Conselheiro d'Estado José Clemente Pereira, no Lugar de Desembargador da Relação

do Rio de Janeiro, com dois terços dos vencimentos proprios do mesmo Lugar.

Art. 6.º Fica igualmente approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de quatorze de Abril de mil oitocentos quarenta e oito, ao Conselheiro d'Estado Manoel Alves Branco, no Lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, com o vencimento annual de dois contos e oitocentos mil réis.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.*

DECRETO N.º 637 — de 30 de Setembro de 1851.

*Approva as aposentadorias concedidas aos Desembargadores e Juiz de Direito nelle declarados.*

Hei por bem, Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão approvadas as aposentadorias concedidas, por Decretos de cinco de Agosto de mil oitocentos quarenta e dois, vinte e sete de Agosto de mil oitocentos e cincoenta, e dois de Junho de mil oitocentos quarenta e nove, aos Desembargadores da Relação de Pernambuco Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, e José Joaquim Fernandes Torres, com o vencimento annual de hum conto e quatrocentos mil réis cada hum, e ao Juiz de Direito do Cível da Comarca da Boa Vista, Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, em hum Lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, com o vencimento annual de hum conto de réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da

**Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos cinquenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio.**

**Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.**

*Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.*